



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS PIRÂMIDES FINANCEIRAS

Requer que convoque os Sócios da empresa GAS CONSULTORIA & TECNOLOGIA, os Senhores(as) GLAIDISON ACACIO DOS SANTOS E MIRELIS YOSELINE DIAZ ZERPA para prestar depoimentos perante a essa comissão parlamentar de Inquérito.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termo do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e com o art.36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja convocado na forma de investigado os Sócios da empresa GAS CONSULTORIA & TECNOLOGIA LTDA, e os sócios GLAIDISON ACACIO DOS SANTOS E MIRELIS YOSELINE DIAZ ZERPA para prestar esclarecimento sobre fatos relacionados com pirâmides financeiras, objeto de investigação desta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

A GAS Consultoria, principal empresa envolvida na fraude, tem sede em Cabo Frio. O suspeito cumpre prisão preventiva após a primeira fase da Operação Kryptos, deflagrada em agosto de 2021. A BlockSeer, empresa criada por especialistas em crimes cibernéticos e financeiros, descobriu uma movimentação de R\$ 174 milhões, em carteira de bitcoins relacionada à GAS Consultoria e Tecnologia, de Gleadson Acácio dos Santos, o Faraó dos Bitcoins. Esta carteira estava adormecida desde 11 de dezembro de 2021, quando uma transferência em bitcoins, no valor de R\$ 2,3 milhões, favoreceu Noiralis Zerpa, irmã de Mirelis Zerpa, mulher e sócia de Gleadson, que está foragida desde agosto daquele ano. O rastreamento da BlockSeer revelou

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Vieira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230792435500>



quatro operações de transferência da carteira relacionadas à GAS para destinatários desconhecidos. A primeira, no dia 28 de fevereiro, no valor de R\$ 11,7 mil - para os técnicos, o valor foi baixo porque a pessoa responsável queria fazer um teste. No mesmo dia, minutos depois, ocorrem mais duas transferências, uma de R\$ 11,1 milhões e a outra de R\$ 152 milhões. No dia 5 de março, em nova transação, saíram da carteira mais R\$ 11,1 milhões.

A BlockSeer associou as operações à GAS porque a carteira aparece citada no processo instaurado contra Glaydson, Mirelis e outros sócios, na Justiça Federal, por crimes contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Em dezembro, quando as autoridades rastrearam a transferência que favoreceu Noirales, atribuíram a manobra a Mirelis Zerpa, que teria voltado a operar com bitcoins.

Os técnicos da BlockSeer são peritos com certificação em blockchain, que usam as ferramentas de última geração, a Reactor, para descobrir fraudes com criptomoedas nas redes blockchain - livros-razões que computam todas as transações mundiais. A carteira digital (wallet) vinculada à GAS, por não estar dentro de corretores de criptomoedas, é mais difícil de apreender judicialmente, mas os técnicos garantem que toda a transação deixa rastros e pode ser bloqueada quando fica visível.

De acordo com a denúncia oferecida à Justiça pelo Ministério Público Federal, o casal e outras 15 pessoas foram responsabilizadas pela montagem em Cabo Frio, na Região dos Lagos fluminense, um esquema que movimentou R\$ 38 bilhões entre 2015 e 2021. Porém, apenas R\$ 200 milhões foram apreendidos. Do restante, os investigadores sabem apenas que Mirelis desapareceu, após sacar R\$ 1 bilhão em bitcoins no dia seguinte às prisões.

Na 5ª Vara Empresarial da Capital, no Rio de Janeiro, também corre um processo, de falência, contra a GAS. Um dos principais objetivos é recuperar os ativos da empresa e, com isso, pagar os credores. Os administradores da massa falida já cadastraram 127 mil clientes, que declaram total de R\$ 9,9 bilhões em créditos. Para ir atrás dos recursos dos credores, escondidos em fundos secretos, a Justiça deve autorizar a contratação de escritórios de advocacia e empresas especializadas.

Especialistas acreditam que, se quiser trocar as criptomoedas movimentadas na carteira associada à GAS, a pessoa responsável terá de converter em

alguma moeda corrente por intermédio de outra carteira. Com isso, a



transação se tornará visível. Se a outra parte envolvida topa o risco, pode exigir um deságio. Esses compradores, porém, correrão o risco de vinculação a possíveis ilícitos e poderão responder pelo crime de lavagem de dinheiro, à luz da legislação brasileira, uma vez que há rígidas regras de compliance para operar no segmento, especialmente o KYC (Know Your Client - conheça o seu cliente) e o KYT (Know Your Transaction). Autoridades públicas e empresas privadas contratadas estão monitorando todas as transações e podem chegar a terceiros que receberam criptomoedas oriundas dessas wallets. Essa empresa foi considerada como o maior golpe praticado contra o sistema financeiro por meio dessas aplicações financeiras em criptomoedas, em prometer ganhos mensais de 10%, com giro de volume de centenas de bilhões de dólares.

Neste sentido, achamos por bem a convocação dos sócios dessa empresa de consultoria, visando esclarecer os possíveis delitos que vêm sendo praticados nesses escândalos das pirâmides financeiras.

À vista disso, esperamos que o presente requerimento seja aprovado pelos nobres pares.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2023.

